

### 3. A ESCATOLOGIA DO CONCÍLIO VATICANO II

#### Introdução

No capítulo anterior, registrou-se a importância dos acontecimentos que construíram o sentido histórico, teológico e escatológico que precederam o Concílio Vaticano II. Eles têm sido a base da reflexão dos artigos que extraímos dos aspectos, tidos como essenciais para a evangelização, que percorrem a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, e que nos ajudarão a compreender a caminhada que eclodiu na publicação dessa exortação e no processo que desencadeou a nova evangelização.

Nossa proposta, neste capítulo, consiste em abordarmos o contexto histórico das décadas que precederam a *Evangelii Nuntiandi*, considerando as redescobertas do valor antropológico e histórico, também dado pelo Concílio Vaticano II, que devido a sua centralidade em Cristo e do valor dos estudos bíblicos e da Patrística, redescobre a dimensão escatológica de nossa fé cristã.

#### 3.1 - O contexto histórico do homem e do mundo na década de 60

Apesar do clima de otimismo e euforia diante do crescimento econômico europeu e de vários setores da vida humana, o século XX teve, em sua síntese, a forte marca do pessimismo e do desencanto. Entretanto, a tarefa conciliar consciente desse cenário levava a Igreja a ser mais sensível à condição do homem e do Mundo Contemporâneo, revelando-se como sacramento de salvação; sinal eficaz da presença de Deus na história humana.

Para o Concílio, o homem, limitado e centralizado, precisa da salvação, devido à própria condição em que se encontra, “uma realidade limitada a imperfeições, o que o leva a afirmar-se mais ainda como um ser inacabado; mas também aberto ao futuro, ele se abre à história, ao progresso e à possibilidade de Deus”.<sup>1</sup> Essa característica que denota esse descompasso antropológico estava evidente no contexto que percorre antes e depois do Concílio Vaticano II. Basta voltarmos o olhar às condições econômicas de um mundo dividido entre ricos e pobres: primeiro, segundo e terceiro mundo, etc., fruto das guerras e conflitos que

---

<sup>1</sup> Cf. QUEIRUGA, Andrés Torres. *Recuperar a salvação*, São Paulo, 1999. O livro faz um aprofundamento à questão soteriológica. Ainda é possível perceber aqui, como alude a GS, nº. 10 às célebres e profundas questões existenciais próprias da filosofia Heideggerianas da época.

decorreram nesse contexto da década de 60. Trata-se, portanto, de pensar: Como a salvação do ser humano ocorre concretamente, com o auxílio da Igreja, numa história que evidencia injustiças e sofrimentos<sup>2</sup> decorrentes do pecado humano? E, por consequência, as situações de miséria e mortes injustas, sobretudo em realidades do terceiro mundo?<sup>3</sup>

Vimos, portanto, que a reflexão antropológica se delineou na véspera conciliar e percorreu como foco norteador nos debates do Concílio desde o primeiro documento, *Sacrosanctum Concilium*, até o último, a *Gaudium et Spes*; que retrata: “É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada. É, portanto, o homem considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, que será o eixo de toda a nossa explanação (...), proclamando a vocação altíssima do homem e afirmando existir nele uma semente divina” (GS, 3). Contudo, o Concílio se dará em meio a várias crises de aceitação ou não aceitação desse grande evento de reformas profundas na estrutura eclesial e nas raízes da evangelização.

O Concílio Vaticano II aconteceu nos anos 1962 a 1965, convocado pelo Papa João XXIII<sup>4</sup>, e propunha-se a levar a cabo o “*aggiornamento*”<sup>5</sup>, a renovação da Igreja em sua vida e ação pastoral.<sup>6</sup>

<sup>2</sup> Cf. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. – BOMBONATTO, Vera Ivanise. (Orgs.). *O Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*, op. cit., p. 210.

<sup>3</sup> Cf. ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. *Fé e Eficácia: o uso da sociologia na teologia da libertação*, São Paulo, 1991, pp. 34-35. O autor retrata aqui a necessária relação da evangelização do homem europeu e o latino-americano, fazendo-se perceber a concepção de salvação e de seus verdadeiros meios de atuação em contextos diversos.

<sup>4</sup> O Papa João XXIII anunciou seu desejo de convocar um concílio ecumênico no consistório de 25 de janeiro de 1959, notícia que despertou de um modo geral, grandes expectativas. Consta que João XXIII imaginou o concílio com três meses de duração. Em sua encíclica inaugural *Ad Petri cathedram*, de 29 de junho de 1959, está contido o anúncio oficial do concílio. Suas metas principais seriam: o desenvolvimento da fé católica, a renovação da vida cristã dos fiéis, a adaptação da disciplina eclesiástica às exigências da época presente. Em 25 de dezembro de 1961, João XXIII convoca o concílio para ter início em 1962, depois dos trabalhos preparatórios. A data fixada para o início foi 11 de outubro. Conforme fora previsto, as sessões da primeira fase se efetuaram até 8 de dezembro de 1962. Foram mais de 2500 participantes e pela primeira vez 18 confissões não-católicas faziam-se representar por observadores oficiais. No discurso de abertura, João XXIII esclareceu que o concílio deveria fazer resplandecer com luz mais intensa a verdade da fé católica, renunciando a juízos de rejeição. Em 21 de junho de 1963 foi eleito o Papa Paulo VI como sucessor de João XXIII. O novo Papa declarou como tarefa mais urgente dar prosseguimento ao concílio. A abertura da Segunda fase do concílio foi em 23 de setembro de 1963 e o encerramento foi em 4 de dezembro de 1963. A terceira fase do concílio iniciou em 14 de setembro de 1964 e encerrou em 21 de novembro de 1964. Neste período foi votada a constituição dogmática sobre a Igreja. A Quarta fase do concílio iniciou em 14 de setembro de 1965 e encerrou em 8 de dezembro de 1965. Cf. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas*, Petrópolis, 1991, p. 239s.

<sup>5</sup> Entende-se por “*aggiornamento*” a arte de realizar, em cada situação histórica, a substancial e sempre idêntica tarefa da Igreja: uma existência verdadeiramente cristã e eclesial. Cf. PAULO VI.

O Concílio representou para a Igreja um momento de retomada de caminho, e suas consequências fizeram-se notar em todos os lugares, “embora não tenhamos uma visão unânime do concílio”<sup>7</sup>, diz-nos Souza. Na mesma linha, completa Comblin: “pois alguns acham que o Concílio Vaticano II foi um acontecimento acidental e pouco feliz, não lhe reconhecem nenhum efeito positivo e atribuem-lhe muitos efeitos negativos.”<sup>8</sup>

Mesmo diante das incoerências dos que preferiam manter-se nos esquemas do passado, ignorando a modernidade, o Concílio Vaticano II marcou uma nova etapa na história da Igreja<sup>9</sup>. Os bispos de todo o mundo se tornaram eco das “alegrias e das esperanças, das tristezas e das angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”.<sup>10</sup> Encontramos, assim, uma Igreja aberta aos questionamentos da história, compartilhando com uma humanidade chamada a estabelecer e cultivar a própria dignidade.

O Concílio Vaticano II propunha, de fato, um “*aggiornamento*” da Igreja. Monsenhor Guerry apresenta quatro condições para uma apresentação pastoral do Concílio.<sup>11</sup> Em primeiro lugar, que a doutrina seja revivificada, isto é, entendida, naquele momento, que o corpo doutrinário já não respondia aos apelos da modernidade. Em segundo lugar, que a doutrina fosse apresentada de modo acessível, assimilável, em linguagem clara e simples; o que ele entendia “ser

---

Documentos de Paulo VI. Carta encíclica *Ecclesiam suam*. (Sobre os caminhos da Igreja - 1964), São Paulo, 1997, nn.º 52-54.

<sup>6</sup> O Papa João XXIII alude a importância do Concílio: O nosso dever não é só conservar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas de dedicar-nos com vontade pronta e sem temor àquele trabalho que a nossa época exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte anos. O “*punctum saliens*” deste Concílio não é, portanto, a discussão de um artigo ou outro da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, pois este se supõe bem presente e familiar ao nosso tempo. Para isto não havia necessidade de um Concílio. Mas da renovada, serena e tranqüila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão, como brilha nos Atos Conciliares, desde Trento até o Vaticano I, o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências, em correspondência mais perfeita com a fidelidade à doutrina autêntica; mas também esta seja estudada e exposta por meio de formas de indagação e formulação literária do pensamento moderno. Uma é a substância da antiga doutrina do “*depositum fidei*” e outra é a formulação que a reveste; e é disto que se deve – com paciência, se necessário – ter grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério de caráter prevalentemente pastoral. Cf. KLOPPENBURG, Boaventura. *Concílio Vaticano II*, Petrópolis, 1963, pp. 305-312.

<sup>7</sup> Cf. SOUZA, Antônio Alvimar. *A Igreja entrou renovadamente na festa: Igreja e carisma no sertão de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2007, p. 97. O recente autor, pesquisando este período, nos informa o impacto do Concílio Vaticano II na Igreja do sertão de Minas Gerais e sul da Bahia.

<sup>8</sup> COMBLIN, Jean. “Vaticano II: Ontem e Hoje”. In: *Vida Pastoral*, nº.125, 1985, p. 2.

<sup>9</sup> Cf. KLOPPENBURG, Boaventura. *Concílio Vaticano II*, op.cit., p. 496.

<sup>10</sup> Cf. GS, 1.

<sup>11</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituições, Decretos e Declarações*, Petrópolis, 1968, pp. 10-11.

preciso exprimir a mensagem de Cristo através de conceitos e linguagens dos diversos povos e adaptar o Evangelho, na medida do possível, à capacidade de todos e às exigências dos sábios”.<sup>12</sup> Em terceiro lugar, que “a doutrina se estenda aos problemas reais e de preocupação constante aos homens de hoje, e não dos de outros tempos”. E, em quarto lugar, que a missionariedade seja a motivação para suscitar e motivar a vida querida por Cristo a todos os povos, de modo a não enaltecer a doutrina, mas “uma verdade viva, a vida divina do verbo encarnado, que deve animar toda a vida dos homens.”<sup>13</sup>

Essa nova perspectiva eclesiológica inaugurada pelo Vaticano II faz o Povo de Deus assumir, de modo responsável, a história humana, discernindo os sinais dos tempos.<sup>14</sup> Tal perspectiva se realizou na margem das grandes orientações da Igreja Universal, (nas constituições conciliares *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, e outros).

Desse modo, a Igreja sai de si mesma para encontrar uma identidade evangelizadora<sup>15</sup> e, por isso, missionária.<sup>16</sup> Trata-se de uma nova intuição que abriu caminho para uma consciência mais reflexiva de que a Igreja existe dentro da História, da sociedade, da existência humana; é uma configuração histórica particular, e que nos obriga a ler na sua própria história, o chamado universal de Deus.

A abertura ao Espírito é sinal de tamanhas decisões para a vida da Igreja, acolhidas na maior parte na fraternidade, na alegria de uma grande festa, que, por sua vez, é também abertura à diversidade.<sup>17</sup> Pois o mesmo Espírito derramado sobre os apóstolos,<sup>18</sup> que conduz a Igreja a uma atitude de comunhão, inspirou ao Concílio uma segunda atitude de escuta e de diálogo, como maneira mais evangélica de aproximar-se da verdade através da busca comum, na certeza de que

<sup>12</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituições, Decretos e Declarações*, op. cit., p. 11.

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> Cf. MIFSUD, Tony. “O Desenvolvimento de uma ética de libertação nos documentos da Igreja desde o Concílio Vaticano II”. In: Revista *Concilium*, n. 192, pp. 68-76, Abr. 1984.

<sup>15</sup> EN, 14.

<sup>16</sup> AG, 2.

<sup>17</sup> “Uma grande confraternização universal acontecia na Europa abalada anteriormente por diversos acontecimentos tristes. Se a guerra fragmentava os seres humanos e semeava a violência, o Concílio trazia uma nova áurea de harmonia. O Concílio tornava-se uma grande festa. A festa vinha ornada com um espírito de pluralidade”. Cf. SOUZA, Antônio Alvimar de. *A Igreja entrou renovadamente na festa*, op cit., p. 104.

<sup>18</sup> Cf. At 2,1-13. O Espírito enviado aos apóstolos em Pentecostes aponta a missão da Igreja de anunciadora do Evangelho.

o Espírito fala às diversas Igrejas e se manifesta através de cada participante. Diálogo com o mundo (*ad extra*), mas também diálogo dentro da Igreja (*ad intra*): entre o Papa e os demais membros do Concílio, entre os padres conciliares, entre bispos, teólogos e leigos.<sup>19</sup>

## Concluindo

O contexto desse período da década de 60 se apresentou propício para a reflexão da temática escatológica; afinal, foi um momento histórico que levou a Igreja a fazer uma profunda avaliação de sua vocação e de sua condição no mundo. O tema da esperança “estava no ar”,<sup>20</sup> afirmou Moltmann. Tudo caminhava para a abertura eclesiológica, o que tem sido resultado dos reflexos provocados pela renovação que estava a caminho.

O que havia delineado nas décadas anteriores ao Concílio tomou vida na ansiedade, no vigor e no desejo de mudanças que pairava no ar.

O Concílio constituiu, sem dúvida, um marco referencial para este momento histórico da Igreja e em sua relação com a sociedade, de modo a buscar a inserção necessária não apenas na reflexão antropológica, mas também de estar-se envolvendo em outras questões fundamentais que movem a vida humana.

Para a Igreja, um novo pentecostes estava acontecendo, e, para a reflexão teológica, um novo paradigma estava-se dando para a pastoral da Igreja, o que substituíra os anteriores e pré-modernos.

Afinal, na opinião do Papa João XXIII, o grande objetivo do Concílio foi a evangelização do Mundo Moderno. Junto com a vertente pastoral e ecumênica, o Concílio dava novo ar para a Igreja e o mundo, sem abolir o passado, mas abrindo-se com dinamicidade para o “novo” que despontava.

Em decorrência da reflexão conciliar, cujo objeto fundamental foi o olhar atento à condição do homem e do mundo, buscamos trazer esse resgate antropológico em nossa pesquisa, em vista da posterior reflexão escatológica que une o homem e a História a seu destino último e definitivo.

<sup>19</sup> Cf. LENZ, Pe. Martinho. “O que o Concílio Vaticano II tem a dizer hoje sobre a vida religiosa?: Desafios sócio-pastorais”. In: Revista *Convergência/CRB*, ano XL, nº. 388, dez., 2005, p. 590.

<sup>20</sup> Cf. MOLTSMANN, J. *Teologia da Esperança*, São Paulo, 2005, pp. 21-22.

### 3.2 - A recuperação da perspectiva humana no Concílio Vaticano II

Adentrando a reflexão sobre a escatologia do Concílio propriamente dita; cabe-nos mostrar alguns dos pontos que nos parecem fundamentais para o discurso escatológico.

O Concílio Vaticano II trouxe para a reflexão da Igreja novas perspectivas e contribuições substanciais que possibilitaram uma melhor compreensão da relação de Deus na História e de sua relação com o homem, seu destinatário. Dentre as diversas questões cruciais abordadas pelo Concílio, está a questão do homem. O Concílio, valorizando a experiência humana, oficializará um novo paradigma para pensar Deus; trata-se da Antropologia. Afinal, o Concílio Vaticano II está caracterizado por sua abertura à criação, à história e às realidades terrestres<sup>21</sup>. É o que nos afirma a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*:

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que a coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando. É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. (GS, 36)

Desse modo, o Concílio deixa notar a revelação de “um Deus, cuja vontade e desejo consistem em que as realidades terrenas tenham sua autonomia respeitada, em que a ciência possa fazer seu caminho e em que a história seja considerada como lugar onde a criação e as criaturas irão encontrando seus estilos de viver e de existir, de conviver e mesmo aceder à comunhão com seu criador”.<sup>22</sup>

O discurso teológico implica falar sobre o ser humano, uma vez que Deus se revelou como Deus a seres humanos, e só podemos compreendê-lo a partir da experiência humana e na linguagem humana.

Ao situarmos o Concílio no movimento de renovação teológica apontado anteriormente (primeira metade do séc.XX), entenderemos com mais clareza o resgate e a valorização do homem.

<sup>21</sup> BINGEMER, Maria Clara L. “Deus: Experiência histórica e rosto humano: Alguns elementos sobre a questão de Deus no Concílio Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. – BOMBONATTO, Vera Ivanise. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: Análises e prospectivas*, op. cit., p. 192.

<sup>22</sup> Ibidem

Lembremos, ainda, que, no contexto em que se desenrolou o Concílio, o resgate a partir da realidade humana, fez acender o repensar escatológico, para possibilitar-lhe uma nova estrutura.

### 3.3 – A escatologia da Igreja a partir do Vaticano II

Certamente, não poderia faltar essa alusão à escatologia, pois, entre o Concílio de Trento e o Vaticano II, não se encontravam intervenções pontifícias referentes formalmente à escatologia, exceto para apontar alguma condenação de outras posturas.<sup>23</sup> As últimas intervenções vieram da Constituição Dogmática *Benedictus Deus*, do Papa Bento XII, que afirmava acerca dos *novíssimos*. E de um outro segundo documento, a Bula *Lactentur Caeli*, de 1439, do Concílio de Florença, que também manteve os novíssimos retratados por Bento XII.<sup>24</sup>

Com a redescoberta da Teologia da História no século XX, veio à tona a imanência da perspectiva escatológica, o que leva a repensar a correlação acerca da construção do Reino a partir da História, neste mundo, com a participação livre e santificada dos homens e mulheres, e os valores do trabalho humano, como o da caridade, “eternizados” no mundo escatológico.

O Concílio, portanto, consagrou tais reflexões escatológicas, do ponto de vista doutrinal na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, e retomou o modo pastoral na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

Na *Lumen Gentium*, Constituição Dogmática sobre a Igreja, o Concílio Vaticano II ali dedica todo o capítulo VII para uma exposição da dimensão escatológica da Igreja, cognominada: “A Índole Escatológica da Igreja Peregrinante”.<sup>25</sup>

A reflexão escatológica conciliar é, pois, refletida neste capítulo VII da *Lumen Gentium*, consciente de que, no progresso histórico da Igreja Povo de Deus, a idéia de plenitude a acompanha e a dinamiza, até que se dê por realizada sua meta, na consumação da História e da realização do Reino Definitivo.

O Concílio assume a dimensão escatológica da Igreja consciente de sua condição de povo de Deus a caminho. Por outras palavras, o Concílio Ecumênico

<sup>23</sup> Cf. SESBOÜÉ, Bernard. (dir.). *O homem e sua salvação: História dos dogmas* (séculos V-XVII), São Paulo, 2003, p. 390.

<sup>24</sup> Cf. BETIATO, Mário Antonio. *Escatologia Cristã: entre ameaças e a esperança*, Petrópolis, 2006, p. 56.

<sup>25</sup> Cf. LG, 48-51.

Vaticano II voltou a valorizar a dimensão escatológica da Igreja, demonstrando que ele não é uma realidade estática, mas dinâmica; é o povo de Deus em peregrinação entre o “já” e o “ainda não”. A Igreja é mistério em sua realidade histórica como comunhão de pessoas, em caminhada como povo, entre a primeira vinda de Cristo e o “ainda não” de sua gloriosa e definitiva manifestação.<sup>26</sup> A Igreja, em seu estado de êxodo encontra-se ainda toda em caminho da posse dos bens divinos na Jerusalém celeste (cf. Ap 21).

Portanto, a vertente escatológica motiva e se une à Constituição *Lumen Gentium* do Vaticano II,<sup>27</sup> para nos apontar que a Igreja vive na tensão entre o “já” e o “ainda não”, pois, na prometida restauração, que se espera em Cristo (cf. Ap 22, 17), conduzida, no tempo da Igreja, pelo Espírito Santo e por ele, efetua-se a salvação (cf. Fl 1, 12). É o tempo intermediário da Igreja, o tempo penúltimo no qual se completa a salvação, com empenho vigilante e ativo, ao encontro daquele que vem (cf. Mt 25, 31).

Logo, é possível notar a reviravolta escatológica já na *Lumen Gentium*, o que nos leva a constatar tal redescoberta, quando em seu capítulo VII, ao tratar da “Igreja peregrina e de sua destinação celeste”,<sup>28</sup> esse conceito ofereceu um critério hermenêutico para interpretar os tradicionais novíssimos, orientando o destino de cada ser humano ao destino de toda a comunidade humana.

A teóloga Lina Boff<sup>29</sup> nos informa que, sob o título adotado pelo Concílio Vaticano II, “Índole escatológica da Igreja peregrinante”, encontra-se um “tríplice olhar sobre esta Igreja como povo peregrino”, na perspectiva do Papa Paulo VI:

<sup>26</sup> Cf. FORTE, Bruno. *La Chiesa nell'Eucaristia*: Per una ecclesiologia eucarística alla luce del Vaticano II, Napoli, 1975, pp. 23-27. O teólogo Bruno Forte, ressalta a relação entre Eucaristia e Igreja e o caráter central da Eucaristia na obra da salvação como matéria para o diálogo entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente. Ele aponta o documento: “Comissione Mista Internazionale per il Dialogo Teologico tra la Chiesa Cattolica Romana e la Chiesa Ortodossa. Il mistero della Chiesa e dell'Eucaristia alla luce del mistero della Trinità”, que marca uma primeira etapa do diálogo entre as duas Igrejas e expõe a comum doutrina sobre a natureza da Eucaristia, expressão da atividade da Trindade na economia da salvação.

<sup>27</sup> A Comissão Teológica Internacional aponta os capítulos VII e VIII, da Constituição obre a Igreja (*Lumen Gentium*), respectivamente sobre a índole escatológica da Igreja e a sua união com a Igreja celeste e sobre a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja, enquanto completam a apresentação da Igreja em vista da sua dimensão escatológica entre o “já” e o “ainda não”, indicam o fim último do caminho do Povo de Deus, dando o sentido da esperança eclesial. (LG 48 e 52). Conferir as citações apontadas por Pedro Alberto Konrad no artigo: KUNRATH, Pedro Alberto “A reflexão eclesiológico-eucarística a partir do concílio vaticano II”. In: *TEOCOMUNICAÇÃO*, vol. 35, nº 148. Porto Alegre, Jun.. 2005, p. 197-224.

<sup>28</sup> Cf. LG, 48-51.

<sup>29</sup> Lina Boff é pós-doutora em Teologia Sistemática e, atualmente é professora da Faculdade de Teologia da PUC do Rio de Janeiro, nos cursos de graduação e pós-graduação.

Este olhar que se estende para adiante sobre o futuro, olha distante, e o seu horizonte está envolto por uma névoa luminosa, que não deixa ver nas suas peculiaridades, mas o faz entrever em imagens, em sinais, em indícios que bastam para confirmar a direção do caminho empreendido e imprimir ao movimento da Igreja uma especial energia (= vigor), uma aceleração segura: é a Esperança final: é a certeza do futuro encontro com Cristo glorioso.<sup>30</sup>

Nesse tríplice olhar se destaca: “um primeiro olhar no passado”, onde se recobra a Jesus seu princípio fundamental. Acentua “a toda pessoa de fé que conhece e vive a mesma propensão natural dada ao seu povo, que é Igreja do ressuscitado, pelo Espírito de Cristo”. Em seguida, “um olhar no presente”, que se fixa nos sinais dos tempos a fim de interpretá-los. Acentua a pessoa de fé que conhece e realiza sua missão na História e no mundo, atento a transformá-lo, a serviço dessa mesma missão. Por fim, “um olhar na certeza do futuro encontro com o Cristo glorioso”, homem e Deus. Acentua a pessoa de fé que “conhece e testemunha a sua finalidade última, com base na ressurreição do Senhor, que na continuidade do seguimento de Jesus, presente, pelo seu Espírito, ela já pode ser, na História, antecipação da realidade última do Reino de Deus, que transcende e consuma toda a história.”<sup>31</sup>

Notamos, portanto, que a Constituição dogmática *Lumen Gentium* já situa o sujeito da salvação no plural eclesiológico, ao afirmar: “A Igreja para a qual somos chamados em Cristo Jesus e na qual, pela graça de Deus, adquirimos a santidade, só se consumará na glória celeste”.<sup>32</sup>

Nesse contexto, estuda também a sorte definitiva de cada homem. O capítulo escatológico (VII) da *Lumen Gentium* trata, em primeiro lugar, do caráter escatológico de nossa vocação na Igreja, a qual alcançará sua plenitude no momento da restauração universal (At 3,21), “quando, com o gênero humano, o mundo inteiro, que está intimamente unido ao homem e por ele alcança seu fim, será também ele completamente restaurado em Cristo”.<sup>33</sup> Enquanto estamos ainda a caminho, a própria Igreja carrega a imagem do mundo que passa, ainda que ela ponha em destaque que em Jesus Cristo a restauração que esperamos já começou.

<sup>30</sup> Cf. BOFF, Lina. “Índole escatológica da Igreja peregrinante”. In: *Atualidade Teológica*, ano VII, fasc.13, Rio de Janeiro, 2003, pp. 9ss.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>32</sup> LG, 48

<sup>33</sup> Ibidem

Dai a necessidade da vigilância e da busca da santidade em acolher-se na presença do Cristo.

### 3.3.1 – A Santidade, realidade escatológica no Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II afirma que a santidade, dom de Deus, é-nos apresentada como realidade escatológica, “uma realidade vital e dinâmica que aponta para a plenitude humano-divina”.<sup>34</sup> E essa plenitude se dará no definitivo da vida; enquanto ela não se realiza, vive-se empenhado no tempo presente da História, a exemplo de Cristo, que, em sua doação, cumpriu em tudo a vontade do Pai, até que tudo estivesse consumado.

Desse modo, enquanto a plena realização não se dá em sua totalidade em Deus, “vive-se como que sob uma tensão entre a realização não acabada e o vislumbre final da participação definitiva e integral à santidade do Deus Trino, ao término da caminhada terrena.”<sup>35</sup>

O tema da santidade cristã é reforçado pela reflexão conciliar na mesma constituição sobre a Igreja, no que tange à vocação de todos à santidade na Igreja, como segue:

Cremos que a Igreja, cujo mistério é proposto pelo sagrado Sínodo, é indefectivelmente santa. Pois Cristo, Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito Santo é proclamado ‘Único Santo’, amou a Igreja como sua esposa. Por ela se entregou com o fim de santificá-la (Cf. Ef. 5, 25-26). Uniu-a a si como seu corpo, cumulou-a com o dom do Espírito Santo, para glória de Deus. Por isso na Igreja, todos; quer pertençam à hierarquia, quer por ela apascentado, são chamados à santidade, segundo as palavras do Apóstolo: ‘Pois esta é a vontade de Deus, a nossa santificação’ (1Ts 4,3). Mas essa santidade da Igreja incessantemente se manifesta, e deve manifestar-se, nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis. Ela se exprime multiformemente nos indivíduos que em sua vida tendem à perfeição da caridade, edificando assim os outros. E, de modo todo peculiar, essa santidade aparece na prática dos chamados conselhos evangélicos. Essa prática, abraçada por muitos cristãos, sob o impulso do Espírito Santo, seja em forma particular, seja em condição ou estado sancionado na Igreja, dá e deve doar ao mundo um admirável testemunho e exemplo dessa santidade.<sup>36</sup>

O Concílio evidencia que a santidade é construída na comunidade de fé, que é Igreja do Cristo Ressuscitado, por isso animada pelo Espírito Santo; a santidade é graça de Deus para toda a humanidade. Esta mesma ação gratuita de Deus atinge

<sup>34</sup> Cf. BOFF, Lina. “Índole escatológica da Igreja peregrinante”, art. cit., p. 12

<sup>35</sup> Ibidem, p. 13

<sup>36</sup> LG, 39

toda a criação e a História. Assim, “pela dispensação da graça da santidade, a História é levada à sua plenitude para reconduzir ao Pai a humanidade dividida pelo mal, como humanidade reconciliada; e o mundo cindido pelo pecado, como mundo recriado.”<sup>37</sup>

Desse modo, a vida assumida por Deus em nosso meio, em nossa condição temporal, ganha sentido, ao se espelhar na vida que Jesus viveu nessa história, num total desprendimento, doando-se a si mesmo a serviço da humanidade e em obediência ao Pai. Logo, o que nos faz viver de forma antecipada, embora aguardando a plenitude de nossa vida terrena, é o exemplo da vida que Jesus viveu, a qual foi vivida em sinal de sua plenitude. Assim, o homem de fé e a Igreja por já se sentirem com Deus, embora na realidade humana e histórica, são chamados a se deixar penetrar pelo sentido das coisas últimas, para que esse testemunho apresente à sua própria realidade a imagem da realidade plena e última,<sup>38</sup> por isso a santidade é realidade escatológica.

### **3.3.1.1 – A vida de santidade é realidade escatológica animada pelo Espírito do Ressuscitado**

Nessa mesma linha de reflexão, podemos notar que a própria dinâmica do Espírito é animar a viver na história a vida assumida por Jesus, de modo a deixar fluir, nesse processo, a vida invisível e plena, de forma mais real e, que se possa vivê-la intensamente nessa história. Isso se tornou possível, porque o último, o *éschaton* se fez realidade visível na história humana, e seu Espírito continua a animar e dinamizar sua missão no mundo, para levá-lo à sua consumação. Porém, o homem também é personagem desse processo, pois é chamado à vocação transcendental e escatológica, mas de forma histórica. Assim, pela motivação do Espírito, cada pessoa participa ativamente com Deus no ato “criador de um novo céu e de uma nova terra” (Cf. Ap 21,1.3).<sup>39</sup>

Portanto, a presença e a atuação do Espírito do Ressuscitado na Igreja – afirmam os padres conciliares – “a fazem santa e eterna, embora a vivam, de forma transitória, o indefectível no caduco deste mundo; o sublime e o

<sup>37</sup> Cf. BOFF, Lina. “Índole escatológica da Igreja peregrinante”, loc. cit., p.13.

<sup>38</sup> Ibidem, p.19.

<sup>39</sup> Ibidem, pp.20-21.

transcendental dentro da miséria; a santidade nos caminhos de pecado e graça.”<sup>40</sup> Desse modo, a presença do Espírito Santo anima e entusiasma cada ser humano para caminhar esperançosamente em direção à santidade, a ponto de levá-lo a assumir até as últimas conseqüências, testemunhando a vitalidade de seu peregrinar, como Corpo Místico de Cristo, embora com gemidos e sofrimentos. Investe-se, todavia, da certeza de já estar vivendo a plena vida, por causa da ressurreição do Senhor, experimentada numa vivência eucarística, que antecipa, em tensão escatológica, o encontro final. Daí, a espera cristã ser uma realidade, por si mesma, escatológica.<sup>41</sup>

### 3.3.2 – A esperança escatológica

O Concílio, ao final do número 48 do capítulo VII da *Lumen Gentium*, resume os conteúdos da esperança escatológica. Antes de tudo, com a morte, termina o curso único de nossa vida terrestre. Excluem-se a idéia da reencarnação e qualquer outra concepção que venha a privar a vida terrestre de seu caráter definitivo e escatológico. As possibilidades da salvação e da condenação se abrem diante de cada um de nós, como afirmam os textos da Nova Aliança:

É preciso, conforme a advertência do Senhor, vigiar constantemente para que, tendo terminado o único curso de nossa vida terrestre (Cf. Hb 9, 27), mereçamos entrar com ele para as bodas e ser contados no número dos benditos (Cf. Mt 25, 31-46), e não receber a ordem, como servos maus e preguiçosos (Cf. 25, 26), de nos afastarmos para o fogo eterno (Cf. Mt 25, 41), [...]. Com efeito, antes de reinar com Cristo glorioso, todos estaremos a descoberto “diante do tribunal de Cristo...” (2Cor 5, 10).<sup>42</sup>

A ressurreição final, para a vida eterna ou para a condenação eterna, e a parusia são temas também lembrados neste contexto. O que se refere à comunhão da Igreja celeste com a Igreja peregrina é, portanto, retratado na mesma Constituição Dogmática:

Portanto, até que o Senhor venha em sua majestade e com ele todos os anjos (Cf. 1Cor 15, 26-27), alguns dentre seus discípulos peregrinam na terra, outros, terminada esta vida, estão em processo de purificação, enquanto outros são

<sup>40</sup> Cf. BOFF, Lina. “Índole escatológica da Igreja peregrinante”, loc. cit., PP. 20-21.

<sup>41</sup> Cf. LÉON-DUFOUR, Xavier (dir.). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Verbetes: Dia do Senhor/III – Páscoa e Parusia, Petrópolis, 1992, pp. 235-236.

<sup>42</sup> LG, 48.

glorificados e contemplam “claramente o próprio Deus trino e uno, assim como é”. (LG, 49)

O horizonte último de nossa esperança se encontra na espera definitiva, contudo essa vinda, não totalmente, já aconteceu com a ressurreição do Senhor, que, rompendo a morte, continua vivo conosco e, por isso mesmo, é que aumenta nossa esperança escatológica, pois, ao degustar dessa presença, desejamos saciar-nos plenamente, como gozam já os santos. Por isso, não se trata aqui de uma “parusia”, como algo a ser atingido no final e esperado porque ainda não chegou. Tratamos, aqui, de um “encontro”, fruto da abertura humana ao eterno, ao pleno que sempre esteve e está no meio de nós, porém, devido à limitação humana, essa abertura vai-se dando somente lentamente, num processo de conversão a essa presença.

Portanto, aí se fundamenta nossa esperança – esperança que se dá no decorrer da história e no processo das relações humanas, mas que aguarda em Deus sua realização definitiva.

A presença fiel com Cristo na visão beatífica, por parte de seus discípulos, portanto, dá-se integralmente, sem divisão de corpo ou de alma, uma comunhão que não se interrompe.<sup>43</sup> Por isso, os bem-aventurados, unidos mais intimamente a Cristo, intercedem por nós diante do Senhor, para que não nos afastemos d’Ele. Tanto esses nossos irmãos que se encontram na Igreja Celeste, quanto nós, na Igreja, a caminho e certos da presença de Deus conosco, esperamos o encontro numa comunhão plena e definitiva.

### 3.3.3 – A comunhão da Igreja Peregrina com a Celeste

A mesma relação de comunhão de que temos tratado até aqui dá-se entre a Igreja Peregrina e a Igreja Celeste, dado que se trata de uma única Igreja: a da Terra, peregrina nesta história terrena, e a do Céu, que se encontra na glória. Ambas aguardam a realização plena da vida humana e do mundo com toda a criação; enfim, a consumação final.

Lina Boff, informando acerca do título: “Comunhão dos Santos”, retoma a autodefinição das comunidades eclesiais primitivas, *communio sanctorum*, para

<sup>43</sup> Cf. SESBOÜÉ, Bernard. (dir.). *O homem e sua salvação*, op. cit., p. 392.

retratar a atenção dada pelo Concílio Vaticano II a essa verdade de nossa fé cristã.<sup>44</sup>

A teóloga fala da Comunhão dos Santos na comparação com o Mistério Trinitário de Deus, que se dá a partir de uma *koinonia* (*κοινωνία*) comunhão, e do santo (*qado*), isto é, uma comunhão que é “viver com Cristo, pelo Espírito Santo, a intimidade com o Pai.”<sup>45</sup> A Comunhão dos Santos, enfim, é aquele “espaço ou âmbito de intercomunhão, de relação e de intercessão que o Espírito cria entre os que peregrinam nesta terra com aqueles que intercedem por nós junto ao Pai, na glória da eternidade”.<sup>46</sup>

A Comunhão dos Santos que se dá com a Igreja Peregrina e Celeste, conforme ensinam os artigos 49 e 50 da *Lumen Gentium*, é, na verdade, a comunhão de todos os membros do Corpo de Cristo.

Portanto, a Comunhão dos Santos é “um dom do Senhor glorioso, fruto da íntima relação vivida entre Cristo e o cristão.”<sup>47</sup> Logo, essa comunhão já se inicia na Terra, como nos afirmará o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral da Igreja, conforme veremos no próximo capítulo.

### **3.3.4 - A Escatologia do Vaticano II na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes***

Este capítulo da *Lumen Gentium*, totalmente escatológico como vimos refletindo, caracteriza-se pelo uso da linguagem bíblica; quase todo o texto está construído com citações ou alusões a passagens neotestamentárias. O quadro da doutrina sobre a Igreja em que se insere o capítulo favorece a perspectiva universal da escatologia, na qual a posição central de Cristo é bastante visível. Nesse sentido, a tendência dos documentos do magistério medieval e de Trento que, em razão de circunstâncias históricas concretas, foram referidas de modo

<sup>44</sup> Lina refere à Comunhão dos Santos, como “uma verdade da nossa fé cristã que mereceu do Concílio Vaticano II, um capítulo inteiro da *Lumen Gentium*, o capítulo VII”. Cf. BOFF, Lina. “A fé na comunhão dos Santos”. In: *Atualidade Teológica*, art. cit., pp., 25-47.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 28. Lina nos fornece aqui um breve histórico da comunhão dos Santos: “Trata-se de uma teologia que surgiu dos mártires, em torno dos séculos II-III, quando se começou a viver toda uma mística do martírio (mártir: pessoa que dá testemunho de sua fé em Cristo, professa essa fé com sacrifício da própria vida). A partir do século II, verifica-se a consciência de uma concepção de mártir que coloca em maior evidência o testemunho de fé da pessoa, mais que o enfrentamento com o sofrimento e a morte. Essa consciência chega até os nossos dias através das comunidades primitivas e dos escritos deixados nas chamadas *Atas dos mártires*”.

<sup>47</sup> Ibidem, pp. 30-31.

primordial às questões da escatologia individual, encontra-se sensivelmente modificada.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, embora não trate da escatologia de forma sistemática como a *Lumen Gentium*, permite notar que, no capítulo que se refere à dignidade da pessoa humana, o homem é apresentado de forma unitária e integral, corpo e alma “espiritual e imortal”<sup>48</sup>; e “nele se encontra uma semente de eternidade”, pois o ser humano não é redutível à simples matéria que se corrompe. Uma esperança se abre aos cristãos pela ressurreição de Cristo, pois Deus “chamou e chama o homem a se unir a ele com todo o seu ser na comunhão perpétua de uma vida divina incorruptível.”<sup>49</sup> Portanto, a Comunhão dos Santos já se inicia na Terra, e caminha para a sua plena realização.

Ainda na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, quando se trata da atividade humana no mundo, refere-se a Cristo Ressuscitado, que com todo o poder no Céu e na Terra, move a humanidade à expectativa desejosa da vida futura. Prepara a matéria do Reino dos Céus, chamando pessoas de diversas realidades e condições; umas a darem testemunho dos bens que esperamos e outras para o serviço temporal à humanidade.<sup>50</sup>

De tal modo, essa deveria ser a mesma comunhão eclesial diante da diversidade de carismas e dons que devem ser colocados a serviço da fraternidade, de modo a servirem a todos e, sem exceção, de forma justa e solidária.

## Concluindo

O capítulo escatológico do Concílio Vaticano II, na *Lumen Gentium*, revela que somos seres peregrinos em marcha para a casa do Pai. Nossa existência, desde que nascemos, está em contínua transformação, chamada à vida plena, à vida da graça, à vida em comunhão com a Igreja Celeste. Enquanto vivemos na Igreja Peregrina, fortalecemo-nos participando dos sacramentos, buscando viver em intimidade com a pessoa de Jesus. A cada passo em direção ao Pai, professamos a certeza de gozar da glória definitiva, assumida e prometida por Jesus Cristo, nosso Redentor. A prática de rezar pelos defuntos expressa a certeza de que nossa

---

<sup>48</sup> GS, 14.

<sup>49</sup> GS, 18.

<sup>50</sup> GS, 38.

felicidade será completa quando todas as coisas forem restauradas pela força da Ressurreição.

“O que foi este Concílio, e o que fez?” São indagações levantadas pelo Papa Paulo VI em seu discurso final do Concílio, preferindo perguntar especialmente aos padres conciliares acerca da importância religiosa desse grande acontecimento na vida da Igreja. Com essa expressão, ele entendia significar as relações dos bispos com Deus, que bem declaram a existência da Igreja, sua fé, sua esperança, seu amor, o que ela é, e o que ela faz.

A descoberta e a consideração renovada das necessidades humanas foram fundamentais para orientar os padres conciliares a perceberem que a escatologia é uma realidade intrinsecamente ligada ao homem. E que, portanto, não poderia deixar de dar a ela maior atenção, embora seja pouco o espaço que ocupa no compêndio conciliar, mas sua importância percorre todos os documentos do Concílio, pois a escatologia envolve o Homem e a História. Assim, o Papa Paulo VI, declarava ser a Igreja “toda em favor e em serviço do homem, e a riqueza doutrinal orienta-se apenas a isto: servir o homem, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades”.

Portanto, a idéia de serviço ocuparia o lugar central. E, nesse mesmo intuito, o Concílio deverá reconhecer que esse mesmo interesse jamais está separado do interesse religioso mais autêntico, devido à caridade, que é a única a inspirá-lo (e onde está a caridade, aí está Deus). A união dos valores humanos e temporais com os especificamente espirituais, religiosos e eternos, é afirmada e promovida sempre pelo Concílio.